

ARTIGO

**O IMPACTO DAS NARRATIVAS NA POLÍTICA PÚBLICA
EDUCACIONAL: UMA ANÁLISE BAKHTINIANA**

(The impact of narratives on public educational policy: a bakhtinian analysis)

*(El impacto de las narrativas en la política educativa pública: un análisis
bakhtiniano)*

George Francisco Corona¹
(Universidade Federal do Espírito Santo)

Recebido em: julho de 2021
Aceito em: junho 2022
DOI: 10.26512/les.v23i1.32570

O impacto das narrativas na política pública educacional: uma análise bakhtiniana

¹ Doutorando em Educação no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo na linha de pesquisa Educação e Linguagens (PPGE-UFES). Mestre em Ciências das Religiões e Licenciado em Filosofia. Professor do departamento de Licenciatura em Pedagogia do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, campus Itapina. E-mail: george.corona@ifes.edu.br

RESUMO

Este estudo objetiva evidenciar como uma política pública educacional brasileira foi seriamente impactada pela mudança de narrativa na alternância de governos, revelando que há ideologias que sustentam ações de combate à violência escolar alinhadas a tratados internacionais de Direitos Humanos e há ideologias que sustentam narrativas incompatíveis com estes mesmos tratados assinados pelo Brasil. A metodologia de pesquisa documental e perspectiva teórica do linguista Mikhail Bakhtin permitiu que se verificasse certas intenções e sentidos implícitos que emergiram dos enunciados proferidos pelas autoridades públicas e também como o contexto narrativo impacta diretamente na constituição das ações do poder público.

Palavras-chave: *Narrativa. Política Pública. Educação para Direitos Humanos. Análise Documental. Bakhtin.*

ABSTRACT

This study aims to show how a Brazilian educational public policy was seriously impacted by the change of narrative in the alternation of governments, revealing that there are ideologies that support actions to combat school violence aligned with international human rights treaties and there are ideologies that support narratives incompatible with these same treaties signed by Brazil. The documental research methodology and theoretical perspective of linguist Mikhail Bakhtin allowed to verify certain intentions and implicit meanings that emerged from the statements made by public authorities and also how the narrative context directly impacts the constitution of the actions of the public power.

Keywords: *Narrative. Public policy. Human Rights Education. Document Analysis. Bakhtin.*

RESUMEN

Este estudio tiene como objetivo mostrar cómo una política pública educativa brasileña fue seriamente impactada por el cambio de narrativa en la alternancia de gobiernos, revelando que existen ideologías que apoyan acciones para combatir la violencia escolar alineadas con tratados internacionales de derechos humanos y hay ideologías que sustentan narrativas incompatible con estos mismos tratados firmados por Brasil. La metodología de investigación documental y la perspectiva teórica del lingüista Mikhail Bakhtin permitió verificar ciertas intenciones y significados implícitos que surgieron de las declaraciones realizadas por las autoridades públicas y también cómo el contexto narrativo impacta directamente en la constitución de las acciones del poder público.

Palabras clave: *Narrativa. Política pública. Educación en derechos humanos. Análisis de documentos. Bakhtin*

INTRODUÇÃO

O Brasil vem firmando acordos internacionais em defesa dos direitos humanos desde o final da década de 40, no período após Segunda Guerra Mundial. Neste sentido, temos como objeto de estudo deste artigo uma política pública oriunda destes acordos: o Pacto Universitário pela Promoção do Respeito à Diversidade, da Cultura de Paz, e dos Direitos Humanos (PNUDH). Tal acordo foi firmado em 2016 no governo de Michel Temer entre dois Ministérios (Ministério da Educação - MEC; e Ministério da Justiça e Cidadania) da mesma forma reafirma a importância da promoção da defesa dos valores contidos em todos os acordos internacionais que o Brasil assinou. Tais valores estão evidenciados de modo sintético na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. De acordo com o site oficial do PNUDH, a meta deste pacto é superar a violência, o preconceito e a discriminação, e promover atividades educativas de promoção e defesa dos direitos humanos nas

Instituições de Ensino Superior – IES (BRASIL, 2016). Temos como objetivo principal deste presente artigo, em uma análise documental na perspectiva bakhtiniana, verificar se o texto de tal política pública mantém coerência com os acordos internacionais assinados, coerência com o contexto de sua produção e coerência com as narrativas dos governos que o precederam e o seguiram: Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro. Em outras palavras, saber se as mudanças de contextos e narrativas podem impactar na execução ou não desta política pública.

A escolha teórico-metodológica por Bakhtin na análise deste texto foi determinada pela adesão à linha de pesquisa Educação e Linguagens do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGE - UFES), que tem este teórico como base das pesquisas. Este estudo faz parte de uma pesquisa de tese de doutorado que tem por objeto o estudo das narrativas de ódio em ambiente educacional e suas relações com políticas públicas nacionais e internacionais no combate à violência escolar. Tendo a teoria de Bakhtin por base, entende-se que a linguagem, em seus múltiplos aspectos simbólicos é fator determinante para a disseminação e manutenção de uma cultura de violência e desrespeito aos direitos humanos em ambiente escolar. Para Bakhtin a linguagem tem como fundamento ideológico as condições materiais, econômicas e sociais de determinado contexto histórico, reflete e refrata a realidade analisada. A linguagem reflete o social (BAKHTIN, 2006, p. 115-116). Desta forma, o método bakhtiniano pode ser aplicado à análise de documentos como forma de compreender como o contexto emerge do texto, pois tudo o que é escrito, ou dito são formas de enunciação. Para este autor, o conceito de enunciado é fundamental. O enunciado é o ato da fala, carregado de conteúdo ideológico, expresso através de uma palavra por um falante, que sempre tem um alvo, um ouvinte, leitor ou auditório. Tudo o que se diz, se diz a alguém, em determinado momento, local, e contexto histórico, com um sentido preciso e direcionado; portanto a palavra é signo. O enunciado sempre se dá em uma interação verbal entre dois ou mais participantes e é marcada por uma situação social imediata.

Para Bakhtin, a palavra dita no enunciado sempre está orientada em função de um interlocutor e é determinada por duas faces: tanto pelo fato que procede de alguém como pelo fato de que se dirige para alguém. Isso tudo dentro de um grupo social restrito ou amplo, ideologicamente determinado. Por isso, todo documento, sendo uma forma de enunciado, apresenta estas características: foi dito por alguém; têm um destinatário; ocorre dentro de uma dimensão ideológica; tal dimensão dá o sentido preciso da palavra, pois ocorre dentro de um meio social; a interação verbal dada no texto está num contexto histórico, cultural, material precisos. A situação social mais imediata e o meio social mais amplo determinam completamente e, por assim dizer, a partir do seu próprio interior, a estrutura da enunciação; a palavra enquanto signo ideológico é inteiramente determinada pelas relações sociais (BAKHTIN, 2006, p. 106). Além disso, todo enunciado é uma réplica: nenhuma

palavra dita é original, ela é resposta, um signo que reage aos signos precedentes, um discurso que é réplica e resposta a discursos que o precedem. Por isso o contexto onde ocorre a enunciação é ativo e responsivo, e ao tentar compreender um enunciado, iniciamos um diálogo (BAKHTIN, 2020, p. 401). O significado de um texto não está nas palavras, nem no autor, nem no interlocutor: ele está na interação entre ambos, em um determinado contexto social e histórico, ele é dialógico (BAKHTIN, 2006, p. 127). Dentro desta perspectiva bakhtiniana do dialogismo, procederemos à análise do texto do PNUDH, buscando compreender que realidade emerge dos enunciados textuais, quem são seus autores e seus interlocutores e a que interesses atendem.

1. IDENTIFICAÇÃO DOS AUTORES DO PACTO E O CONTEXTO.

O texto objeto desta análise é o *Acordo de Cooperação* localizado na página de internet oficial do Ministério da Educação (MEC) intitulado *Pacto Universitário de Educação em Direitos Humanos - PNUDH*² (BRASIL, 2016). O pacto é celebrado entre dois ministérios do governo federal: Ministério da Educação (MEC) e Ministério da Justiça e Cidadania (MJC). A pasta da educação era chefiada, no ano de 2016, por Mendonça Bezerra Filho, e a pasta da justiça e cidadania por Alexandre de Moraes. Ambos ministros assumem suas funções no início do governo de Michel Temer, um governo de transição, que alçou o poder substituindo a então presidente da república Dilma Rousseff, deposta no ano de 2016 por processo de impeachment. Eis um primeiro dado do contexto social no qual os ministros assinam o pacto (ÉPOCA, 2016).

Duas secretarias, uma de cada ministério, eram as responsáveis por coordenar o pacto junto às IES (Instituição de Ensino Superior) participantes. No Ministério da Educação seria a SECADI - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão; no Ministério da Justiça seria a SEDH - Secretaria Especial de Direitos Humanos. Foquemos nossa atenção a três aspectos importantes da SECADI/MEC: sua criação em 2004, sua reformulação em 2016 e sua reformulação em 2019.

Criada em 2004 pelo decreto 5.159/2004 no governo Luis Inácio Lula da Silva com o nome de SECAD (posteriormente SECADI em 2011, quando foi incluído o eixo *Inclusão*) era, de acordo com Denise Carreira Soares, da Faculdade de Educação da USP, fruto da pressão dos movimentos sociais que buscavam constituir uma educação que atuasse nos temas relativos à discriminação, desigualdades, racismos e sexismos que sempre foram silenciados e negligenciados pelas políticas educacionais. Desde então passou a atuar nos temas: educação especial, jovens e adultos, campo, indígena, quilombola, ético-racial e direitos humanos. E como o próprio site do então governo federal

² O endereço eletrônico do PNUDH é: <<<http://edh.mec.gov.br/pacto/>>>.

afirmava, a SECADI atuaria “no contexto de promoção da equidade, valorização da diversidade e inclusão” (BRASIL, 2019).

Em 2016, após o impeachment de Dilma Rousseff, ao assumir o governo por ser o vice presidente, Michel Temer exonera 23 pessoas ligadas ao SECADI, entre chefes, coordenadores e técnicos. Ao mesmo tempo, extingue o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos, tudo pela MP nº726/2016. Tal fato causou reação entre especialistas da área que avaliaram negativamente como retrocesso relativos aos avanços da área de direitos humanos conquistados no Brasil (SAADE, 2016; DAHER, 2019).

Em 2019, por meio do Decreto Nº 9.665, de 02 de janeiro de 2019, em um dos primeiros atos do novo ministro da educação Ricardo Vélez Rodríguez, nomeado no governo de Jair Bolsonaro, a SECADI foi dividida em duas secretarias: a Secretaria de Alfabetização (SEALF) e a Secretaria de Modalidades Especializadas da Educação (SEMESP). A SEALF absorveu as atribuições de alfabetização de crianças jovens e adultos. A SEMESP absorveu as atribuições de: Educação Especial, do Campo, Indígena, Quilombola e Relações Étnico-raciais. A equipe do portal *De Olho nos Planos*, iniciativa formada por movimentos de representação da sociedade civil nacional e internacional para acompanhar os Planos em Educação³, afirmou que até a data de 11 de abril de 2019 não obteve resposta do atual MEC se os programas abrigados pela antiga SECADI (incluindo o PNUDH) seriam continuados ou não. No entanto a narrativa federal que embasava o tema dos Direitos Humanos que nutria o espírito da SECADI e também do PNUDH vem sendo abertamente modificado pelo atual governo, o que nos faz inferir que as políticas públicas de mesma temática tendem a ser alteradas.

O PNUDH, mesmo sendo de 2016, dialoga diretamente com os temas de responsabilidade do SECADI, e por isso este pacto estava vinculado a esta secretaria do MEC. Vejamos, então, como os enunciados textuais do PNUDH se articulam com os discursos do MEC desde a criação do SECADI até sua transformação em SEMESP (2004, 2016 e 2019) e como se dá o diálogo entre texto e contexto.

2. A INTERAÇÃO VERBAL ENTRE TEXTO E CONTEXTO

Para Bakhtin todo texto enquanto enunciado é uma réplica e, mesmo sob a forma monológica, ainda constitui um elemento inalienável da comunicação verbal. Assim o documento textual do PNUDH, mesmo na forma imobilizada da escrita, é uma resposta a alguma coisa e é

³ Composta pelos grupos: Ação Educativa, Campanha Nacional pelo Direito à Educação, União dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME), União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), a Associação Nacional de Política e Administração Educacional (ANPAE) e a UNICEF - <http://www.deolhonosplanos.org.br/quem-somos/>.

construída como tal (BAKHTIN, 2006, p. 91). Vejamos, então, a que realidade este documento respondia ao ser criado em 2016 e se no contexto de 2019 as vozes que dialogavam imersas neste texto ainda são as mesmas.

O documento da PNUDH se inicia, nas primeiras considerações, com os motivos pelos quais se firmou o pacto pela educação em Direitos Humanos entre o Ministério da Educação (SECADI/MEC) e o Ministério da Justiça e Cidadania (SEDH/MJC). São cinco parágrafos que justificam a motivação do pacto, antes da cláusula primeira. O primeiro parágrafo faz referência aos seguintes acordos internacionais e nacionais:

- Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948);
- Convenção sobre os Direitos da Criança (1990);
- Declaração da II Conferência Mundial de Direitos Humanos de Viena (1993);
- Declaração de princípios sobre Tolerância da UNESCO (1995);
- Campanha Global de Educação para a Paz em Haia (1999);
- Declaração das Nações Unidas sobre a Educação e Formação em Direitos Humanos (2011);
- Declaração Universal sobre Diversidade Cultural (2015);
- Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos (2005-2019);
- Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável (2015);
- Convenção americana sobre os Direitos Humanos - Pacto de São José da Costa Rica (1969);
- Constituição Federal de 1988;
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9394/1996);
- Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (2006);
- Programa Nacional de Direitos Humanos (2009);
- Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (2012);
- Plano Nacional de Educação - PNE (2014);

Chamemos, por motivos de análise, este conjunto de documentos acima de *tratados/acordos*. Os próximos quatro parágrafos do PNUDH elencam os valores básicos presentes em todos os tratados/acordos internacionais e nacionais mencionados acima: a redução da pobreza, do preconceito, da discriminação, e da superação da violência dentro dos marcos de uma educação que seja universal, que respeite a democracia, a cultura, as liberdades individuais. O PNUDH tem como missão infundir este espírito dos direitos humanos nos ambientes universitários:

A dimensão estratégica da Educação em Direitos Humanos na promoção da igualdade de oportunidades e da equidade, na efetivação da democracia, do desenvolvimento e da justiça social, e na consolidação de uma cultura de paz e não violência, enfrentando os estereótipos de gênero, étnico-racial, religião, origem, idade, situação social, econômica e cultural, orientação sexual e identidade de gênero (LGBT), combatendo a discriminação e a intolerância com grupos em situação de vulnerabilidade, a exemplo de pessoas com deficiência, transtornos e altas habilidades (superdotação), pessoas idosas, população em situação de rua, povos indígenas, quilombolas, ciganos, população ribeirinha, varzanteiros, pescadores, povos e comunidades tradicionais de matrizes africanas, população em privação de liberdade, migrantes e refugiados, dentre outros, bem como promovendo o respeito à diferença e à diversidade (BRASIL, 2016, p. 02).

Analisemos este enunciado. Há clara associação entre o uso da expressão *Educação em Direitos Humanos* e a sentença *enfrentando os estereótipos de gênero, étnico-racial, identidade de gênero*, etc. *Direitos Humanos*, aqui, é tratado como tendo um *tema* específico, dentro de um contexto global e está associado ao mesmo *tema* tratado pela ONU. Para Bakhtin o *tema* de um enunciado fornece o sentido mais imediato e objetivo de um signo ideológico, signo este que só pode ser compreendido dentro de um contexto sócio-histórico determinado, com suas entoações e apreciações específicas (BAKHTIN, 2006, p. 123-126). Logo, quando o PNUDH fala em *Direitos Humanos* são os mesmos *Direitos Humanos* tratados pela ONU, são os mesmos *temas*. Importante salientar que o Brasil, até o final de 2018, era ideologicamente alinhado a todos os tratados internacionais da ONU, situação essa que muda a partir de 2019 em relação aos termos *diversidade* e *gênero*, alterando o *tema* Direitos Humanos no discurso oficial-federal brasileiro (DUCHIADE, 2019).

O período que abrange os tratados/acordos citados parte de 1948 até 2015. São 67 anos e diversos países, culturas e governos envolvidos. Logo, o PNUDH não é apenas Política de Governo, mas Política de Estado, compromisso internacional. O texto do pacto é uma réplica ao conteúdo ideológico dos vários tratados/acordos citados acima, que tem como marco inicial a *Declaração Universal dos Direitos Humanos* de 1948 (DUDH), um documento elaborado pelos países membros da *Organização das Nações Unidas* (ONU). A ONU foi uma instituição internacional criada com o intuito de evitar outra tragédia humanitária como a Segunda Guerra Mundial. As consequências da guerra foram múltiplas barbáries: os regimes nazista, fascista e soviético promoveram genocídios, perseguições religiosas e políticas - massacre em massa de judeus, homossexuais, povos não-arianos; o uso das bombas atômicas americanas no território japonês dizimaram milhares de civis; uso de seres humanos como cobaias em experimentos por alemães e japoneses; houve fome, doenças, suicídios, estupros e muitos outros crimes contra a humanidade, deixando um saldo superior a 60 milhões de mortos, a maioria delas composta por civis, não por militares (NEVES, 2019).

Portanto, ao promulgar um pacto como o PNUDH, o governo brasileiro comungava do espírito de urgência na disseminação de uma educação que prevenisse tais atos desumanos, que incutisse uma cultura de paz e de não-violência na resolução de conflitos no ambiente acadêmico. Isso perpassaria, como preconiza o parágrafo quinto do documento, pelo combate a discriminações por raça, etnia, gênero, religião, origem, idade, situação socioeconômica, e grupos minoritários, entendendo serem estes os valores dos Direitos Humanos desde a declaração de 1948. Em diversas linhas do texto, são repetidas a expressão *cultura de paz*, assim como no próprio título do pacto. Temos aqui uma voz que elenca valores responsivos a determinados grupos da sociedade brasileira: uma voz que dialoga *com* e *em favor* de grupos minoritários alvos de preconceito e discriminação ao longo da história brasileira, e que então se organizaram na sociedade. Este documento reverbera uma

ideologia que tem relação com estes grupos sociais, valores que são compartilhados pelos tratados/acordos elencados no segundo parágrafo da primeira página do texto do PNUDH.

A voz que emerge a partir de tais valores do texto do PNUDH é a mesma voz que emerge da descrição das funções da SECADI/MEC e SEDH/MJC, o que coloca em alinhamento as secretarias do governo e o pacto. Portanto, baseados em Bakhtin, podemos inferir que o espírito da época, no período que compreende a criação da SECADI até o PNUDH está refletido no texto, e que os governos federais, neste período, comungavam dos valores descritos nos tratados/acordos nacionais e internacionais elencados.

No ano de 2016, com a mudança de gestão marcada por um impeachment, ocorre a saída de Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores, PT) da presidência e assume Michel Temer (Partido do Movimento Democrático Brasileiro, PMDB) e conseqüentemente todos os ministros são substituídos. Temer, de 2016 a 2018, trocou e nomeou 63 ministros, sendo apenas duas mulheres (PAULUZE, 2018). Aécio Neves do PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira), candidato derrotado e rival de Dilma Rousseff do PT nas eleições de 2014, decide apoiar o governo de Temer (PMDB), revelando assim uma clara mudança ideológica no governo de 2016 (CALGARO, 2016). Esta mudança ideológica pode ser verificada pela fala dos dois presidentes estaduais do PT e do PSDB baianos: o presidente regional do PT na Bahia, Everaldo Anunciação, disse

não ver viabilidade na sugestão [de aliança entre os dois partidos] porque o PSDB teria que mudar muito caso objetivasse uma aproximação do PT, ainda que por curto tempo. (...) [Ele disse:] temos ideologias completamente diferentes, não tem condição. É água e vinho. Se eles aderissem às nossas políticas sociais e econômicas, até poderíamos pensar. Mas, isso não vai acontecer, eles representam o atraso e tem uma política que se compara a de Temer. (...) Já João Gualberto, presidente estadual do PSDB baiano disse que (...) aliança, nem pensar, temos visão de mundo completamente diferente (...) (METRÓPOLES, 2018. Complementos entre colchetes nosso).

Para Vera Lucia Capellini (DAHER, 2019), docente do Departamento de Educação da Universidade Estadual Paulista (UNESP) de Bauru a SECADI e seus programas estavam muito mais efetivos até o governo Dilma. Depois, com Temer, de modo geral, ficaram parados. Mas a secretaria em si continuava, os programas existiam e Temer não os excluiu. Sob comando de Temer, em 2016, como já dito anteriormente, a equipe da SECADI foi toda trocada. Este fato suscitou a reação de diversos especialistas da área de educação em direitos humanos, como por exemplo a equipe da Secretaria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade (SAADE) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), que publicou a seguinte nota pública:

É com grande preocupação que a Secretaria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade (SAADE) da UFSCar recebeu na quarta-feira, dia 2 de junho, a notícia da

exoneração de 23 pessoas, dentre elas – chefes, coordenadores (as) de áreas, técnicos (as) da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) do Ministério da Educação (MEC). A preocupação aumenta especialmente com a extinção do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos pela Medida Provisória nº 726, de 12 de maio do presente ano, cujas pastas passam a compor secretarias no Ministério da Justiça e Cidadania, recém-criado (SAADE, 2016).

Com a mudança de governo nota-se a mudança de vozes que falam a partir do MEC de Temer, pois estas vozes, ao se aliarem a outra ideologia política, buscam falar a outro público alvo diferente do original, como expressaram os presidentes do PT e PSDB baianos, ao afirmarem a incompatibilidade de visões de mundo, o que implica em diferentes políticas sociais. Se com Temer as políticas sociais da SECADI paralisaram, ao chegar em 2019, sob o governo Bolsonaro, a SECADI foi desmembrada e transformada em SEMESP. Este fato revela uma modificação ideológica por parte do novo governo, que durante a campanha problematizou toda política de *Direitos Humanos* em uso, em especial a palavra *Diversidade* - que era a letra “D” da sigla *SECADI*. Ao vetar uma propaganda do Banco do Brasil em 2019 que mostrava a diversidade racial e sexual, o presidente Jair Bolsonaro (na época do Partido Social Liberal, PSL – mas atualmente sem partido) afirmou que não toleraria propaganda de estatais que não seguisse sua linha ideológica:

A linha mudou. A massa quer o que? Respeito à família. Ninguém quer perseguir minoria nenhuma, nós não queremos que o dinheiro público seja usado dessa maneira (...). Por exemplo, meus ministros. Eu tinha uma linha armamentista, eu não sou armamentista? Então, ministro meu é armamentista ou fica em silêncio. É a regra do jogo (GRAZINI, 2019).

Analisemos este enunciado. A expressão a linha mudou marca a intenção de mudança ideológica. A expressão não queremos que o dinheiro público seja usado desta maneira, levanta a pergunta: mas de qual maneira? Com a conscientização da diversidade sexual. Em relação à expressão respeito à família, logo antes de ninguém quer perseguir minoria nenhuma revela uma concepção de família heterossexual, já que a proibição da propaganda associada à expressão a linha mudou revela o não alinhamento às políticas sociais pró LGBTIs, que seriam as minorias às quais o autor se refere.

Tais enunciados são coerentes com outros enunciados do mesmo autor de meses anteriores, como este em 2018: “Isso não pode continuar existindo. Tudo é coitadismo. Coitado do negro, coitada da mulher, coitado do gay, coitado do nordestino, coitado do piauiense. Vamos acabar com isso” (SENA, 2018). Para o autor do enunciado as *políticas afirmativas*, as quais chama de *políticas de coitadismo* reforçam o preconceito e não o inverso. Isso marca uma profunda mudança *ideológica* e de *tema* quando se fala sobre a *Educação para os Direitos Humanos*, foco do PNUDH.

A nova secretaria do MEC 2019, SEMESP - Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação - eliminou de seu nome as palavras *Alfabetização, Diversidade e Inclusão*. A atual ideologia do MEC, além de evitar a palavra *diversidade*, também evita o uso da palavra *gênero*. O uso desta palavra foi vetado em resoluções brasileiras na ONU e documentos oficiais a partir de 2019. Para o governo vigente a palavra *gênero* tem como único significado o sexo biológico e, portanto, só pode ser masculino e feminino. Na reunião do conselho de Direitos Humanos da ONU de 2019, o México criticou a postura brasileira e afirmou que esta palavra tem seu significado consagrado há décadas e está presente em mais de 200 resoluções da ONU. Além disso, o governo brasileiro tomou decisões que o aproxima ideologicamente dos governos da Arábia Saudita, Iraque, Paquistão e Egito sobre direitos sexuais e da mulher (DUCHIADE, 2019).

Outra palavra-expressão problematizada pelo atual governo é *questão Étnico-Racial*. Em maio de 2019 o atual presidente da república afirmou em uma entrevista: “essa coisa do racismo, no Brasil, é coisa rara. O tempo todo jogar negro contra branco, homo contra hétero, desculpa a linguagem, mas já encheu o saco esse assunto” (ROMANO, 2019). Analisemos este *enunciado*. A sentença - *já encheu o saco esse assunto* - usada na fala presidencial sobre o tema revela, com ênfase na expressão *encheu o saco*, a *entoação* dada pelo autor da frase ao enunciado. Este *acento emocional* revela a avaliação-valorização dada à temática, e ajuda a compreender o conteúdo ideológico e o destinatário da mensagem. Para Bakhtin, em que consistiria a *entoação expressiva*, este *acento* dado ao enunciado e qual sua relação com a significação objetiva?

O nível mais óbvio, que é ao mesmo tempo o mais superficial da apreciação social contida na palavra, é transmitido através da entoação expressiva. Na maioria dos casos, a entoação é determinada pela situação imediata e frequentemente por suas circunstâncias mais efêmeras. (...) Quando exprimimos os nossos sentimentos, damos muitas vezes a uma palavra que veio à mente por acaso uma entoação expressiva e profunda (BAKHTIN, 2006, p. 128-129).

Neste ponto de análise, a questão da entoação expressiva/avaliativa é tão importante para a compreensão de um enunciado que Bakhtin ainda sobre isso afirma:

Fenômenos de discurso como ordens, exigências, mandamentos, proibições, promessas (prometimentos), ameaças, elogios, censuras, ofensas, maldições, bênçãos, etc., constituem uma parte muito importante da realidade extratextual. Todos eles estão vinculados a uma *entonação* acentuadamente expressa, capaz de deslocar-se (estender-se) a quaisquer palavras e expressões desprovidas de significado direto de ordens, ameaças, etc. O que importa é *o tom*, separado dos elementos fônicos e semânticos da palavra (e de outros signos). Estes determinam a complexa *tonalidade* da nossa consciência, tonalidade que serve de contexto axiológico-emocional na nossa interpretação (plena e centrada nos sentidos) do texto

que lemos (ou ouvimos), bem como em uma forma mais complexa e no processo de criação (de geração) do texto. (BAKHTIN, 2020, p. 403-404).

A expressão *encheu o saco* – que denota enfado, tédio, aborrecimento, enjojo, repulsa, contrariedade, desagrado – revela o *acento avaliativo, a entoação expressiva* dada ao aspecto *étnico-racial* dos Direitos Humanos. A entoação dada pelo atual presidente sobre esse assunto revela que o interlocutor atual é ideologicamente distinto do interlocutor original da SECADI, do PNUDH e de todos os tratados/acordos internacionais assinados pelo Brasil nos últimos 67 anos sobre este tema. É a outro grupo social que o autor do enunciado da entrevista se dirige, a outro destinatário. *O tom avaliativo de censura deste enunciado é elemento extratextual fundamental para a compreensão de todo o contexto em que se insere seu autor, suas réplicas e seu ouvinte/destinatário ideal.* Adail Sobral, linguista e especialista em teoria bakhtiniana, ajuda a corroborar esse entendimento de mudança de destinatário ao afirmar que “quando se diz algo, o sujeito sempre diz *de uma dada maneira dirigindo-se a alguém*, e o ser desse alguém interfere na própria maneira de dizer, na escolha dos próprios itens lexicais. Dizer é *dizer-se*. O sujeito é desse modo mediador entre as significações sociais possíveis” (SOBRAL in BRAIT, 2005, p. 24). Este enunciado também deixa transparecer a relação com seus adversários ideológicos, num diálogo retrospectivo com eles (de contraste e de oposição), reagindo ao que já foi dito e feito acerca do tema dos *direitos humanos*. Este é um autêntico ato dialógico (SOBRAL, 2009, p.123).

Em relação ao Pacto Universitário pela Promoção do Respeito à Diversidade, da Cultura de Paz, e dos Direitos Humanos (PNUDH) - política pública objeto deste estudo - Toni Reis, secretário de Educação da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros (ABGLT), afirma que

a SECADI teve um papel importante no estabelecimento do [Pacto Universitário pelos Direitos Humanos, Diversidade e Paz](#). O Pacto completou dois anos em novembro de 2018 e, desde seu lançamento, teve adesão de 343 Instituições de Educação Superior (IES), entre universidades, centros universitários, institutos federais e faculdades. O Pacto está entre as ações relativas à Educação em Direitos Humanos desenvolvidas pela SECADI em articulação com Ministério de Direitos Humanos, e visa a superação de preconceitos, a eliminação de atitudes discriminatórias no ambiente escolar e universitário e a construção de uma cultura de paz e da valorização da diversidade (DAHER, 2019).

Falar de Direitos Humanos antes de 2016 (com a SECADI) e após 2019 (com a SEMESP) é falar de *temas* diferentes.

O tema, como dissemos, é um atributo apenas da enunciação completa; ele pode pertencer a uma palavra isolada somente se essa palavra opera como uma enunciação global (...) A investigação da significação de um ou outro elemento linguístico pode, segundo a definição que demos, orientar-se para duas direções: para o estágio superior, o tema; nesse caso, tratar-se-ia da investigação da significação contextual

de uma dada palavra nas condições de uma enunciação concreta. Ou então ela pode tender para o estágio inferior, o da significação: nesse caso, será a investigação da significação da palavra no sistema da língua, ou em outros termos a investigação da palavra dicionarizada (BAKHTIN, 2006, p. 126).

De acordo com Bakhtin, não devemos analisar, neste caso, o significado isolado (dicionarizado) da expressão *Direitos Humanos*, mas sim o seu tema concreto, ou seja, o sentido da expressão dentro de um contexto global do enunciado proferido e no momento histórico em que foi dito. Houve mudança de temas no contexto da SECADI e no contexto da SEMESP. Como pudemos observar ao longo da análise do contexto histórico do PNUDH e de seu espectro ideológico no qual as vozes da ONU, da Constituição Federal de 1988 e dos grupos socialmente discriminados dialogam, não se pode desalinhar ideologicamente o PNUDH e a SECADI/MEC. Ao ter a equipe exonerada em 2016 e desmembrada em 2019, desaparece a voz original que se alinhava aos tratados da ONU, e uma nova voz ideológica modifica os signos ideológicos de diversidade, gênero e étnico-racial, modificando também o entendimento sobre *Direitos Humanos*. Logo, não se pode alinhar ideologicamente o PNUDH e a mais recente secretaria do MEC, a SEMESP. Fica claro compreender esta situação quando Bakhtin afirma que a palavra de um texto, mesmo permanecendo a mesma, pode se transfigurar inteiramente em um novo contexto, como é o presente caso (BAKHTIN, 2020, p. 404).

CONCLUSÃO

A análise bakhtiniana do texto objeto deste estudo - o PNUDH - foi realizada buscando compreendê-lo dentro de seu contexto histórico a partir de 2016. Evidentemente, devido à profunda complexidade de realidade social, política, cultural, econômica, histórica e linguística, pudemos apenas traçar esboços superficiais do contexto e dos interlocutores envolvidos na Política Pública analisada que, mesmo superficial, não deixou de ser suficiente para compreender as mudanças das intencionalidades que estão imersas nas vozes que dialogam no texto ao longo de três períodos políticos. Aplicamos os conceitos bakhtinianos de enunciado, réplica, dialogismo, entoação, tema, significado, sentido e signo ideológico. Também é evidente que não esgota de forma alguma a riqueza e profundidade da análise linguística deste pensador russo.

Houve a constatação, através das vozes elencadas neste artigo e nos documentos, de uma gradual mudança ideológica de 2014 a 2016 e depois em 2019. Ao se falar no tema *Direitos Humanos* em cada um destes períodos percebeu-se que, apesar de se usarem as mesmas palavras – *Direitos+Humanos* – não eram os mesmos temas, e o acento avaliativo sobre esta palavra se modifica, revelando um signo ideológico distinto para elas em cada período político. Se de 2004 a 2016 com a vigência da SECADI/MEC a expressão *Direitos Humanos* está claramente associada a uma

publicização da problemática de grupos sociais discriminados e o empenho em sua visibilização por meio de ações político-públicas-educacionais (falamos em especial dos termos *diversidade*, *gênero*, *étnico-racial*), a partir de 2016 e ainda mais evidente em 2019, ocorre a intenção de invisibilização e silenciamento de tais problemáticas, demonstrando a mudança de narrativa, que dá conta de um diferente sistema de ideias, com incompatibilidades ideológicas até então defendidas pelos tratados/acordos assinados pelo Brasil ao longo de 67 anos desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, da ONU. Enunciados como *Política do Coitadismo*, com ampla margem intra-governamental de aceitação, marcam as mudanças dentro do MEC e redirecionam suas intencionalidades com a troca da sigla SECADI para SEMESP. Podemos inferir, logo, que a Política Pública do Pacto Universitário pela Promoção do Respeito à Diversidade, da Cultura de Paz, e dos Direitos Humanos (PNUDH) teve seu *tema* e seu conteúdo ideológico modificados, não mais direcionados a minorias discriminadas, mas atendendo a grupos da base ideológica vigente. Tal inferência nos leva a compreender que o programa terá suas metas alteradas, se não, encerradas. Demissões, exonerações, mudança de siglas, criação, extinção e fusão de ministérios e secretarias: pode-se verificar o profundo impacto que as mudanças de narrativas causam nas políticas públicas de estado.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

BAKHTIN, M. M. *Estética da criação verbal*. 6. ed. Trad. Paulo Bezerra. WMF Martins Fontes: São Paulo, 2020.

BRAIT, Beth (org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

BRASIL. MEC. *Pacto Nacional Universitário pela Promoção do Respeito à Diversidade, da Cultura de Paz, e dos Direitos Humanos*. 2016. Disponível em: <http://edh.mec.gov.br/pacto/>. Acesso em: 22 jul. 2019.

BRASIL. MEC. *Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão*. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-continuada-alfabetizacao-diversidade-e-inclusao>. Acesso em: 23 jul. 2019.

CALGARO, F. *Michel Temer terá apoio absoluto do PSDB no congresso, diz Aécio*. G1. 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/05/psdb-dara-apoio-absoluto-eventual-governo-temer-diz-aecio.html>. Acesso em: 23 jul. 2019.

DAHER, J. *Especialistas Avaliam Fim De Secretaria Ligada à Diversidade e Inclusão*. Disponível em: <http://www.deolhonosplanos.org.br/100-dias-de-bolsonaro-secadi/>. Acesso em: 23 jul. 2019.

DUCHIADE, A. *Brasil vota a favor de proteção a identidade de gênero na ONU, mas ressalva que gênero é sinônimo de sexo biológico*. O Globo. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/mundo/brasil-vota-favor-de-protecao-identidade-de-genero-na-onu-mas-ressalva-que-genero-sinonimo-de-sexo-biologico-23804802>. Acesso em: 24 jul. 2019.

ÉPOCA. *Quem são os ministros que assumem no governo Temer*. 2016. Disponível em: <https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2016/05/quem-sao-os-ministros-que-assumem-no-governo-temer.html>. Acesso em: 23 jul. 2019.

GRAZINI, M. *Em 200 dias de Bolsonaro, relembre frases sobre trabalho infantil, diesel e reforma*. Folha de São Paulo. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/07/em-200-dias-de-bolsonaro-relembre-frases-sobre-trabalho-infantil-diesel-e-reforma.shtml>. Acesso em: 23 jul. 2019.

METRÓPOLES. *Fernando Henrique Cardoso sugere aliança de PSDB e PT contra Bolsonaro*. 2018. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/politica-br/fernando-henrique-cardoso-sugere-alianca-de-psdb-e-pt-contr-bolsonaro>. Acessado em: 24 jul. 2019.

NEVES, D. *Segunda guerra mundial*. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiag/segunda-guerra-mundial.htm>. Acesso em: 23 jul. 2019.

PAULUZE, T. *Temer troca em média três ministros por mês*. 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/04/temer-troca-em-media-tres-ministros-por-mes.shtml>. Acesso em: 24 jul. 2019.

ROMANO, G. *Racismo no Brasil é uma coisa rara, diz Bolsonaro a Luciana Gimenez*. Veja. 2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/maquiavel/racismo-no-brasil-e-uma-coisa-rara-diz-bolsonaro-a-luciana-gimenez/>. Acesso em: 23 jul. 2019.

SAADE. Universidade Federal de São Carlos. *Nota sobre a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) do Ministério da Educação (MEC)*. 2016. Disponível em: <http://blog.saade.ufscar.br/?p=227>. Acesso em: 23 jul. 2019.

SENA, Y. *Vamos acabar com coitadismo de nordestino, de gay, de negro e de mulher, diz Bolsonaro*. Folha de São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/vamos-acabar-com-coitadismo-de-nordestino-de-gay-de-negro-e-de-mulher-diz-bolsonaro.shtml>. Acesso em: 23 jul. 2019.

SOBRAL, Adail. O conceito de ato ético de Bakhtin e a responsabilidade moral do sujeito. *Revista Bioethikos*, São Paulo, v.3, n.1, p. 121-126, 2009.